autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 12:33:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 658/26

Realizada a pesquisa legislativa, constatou-se:

— Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, com destaque para o art. 96.

— Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e nº 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e nº 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

— Lei Estadual nº 9.055, de 29 de dezembro de 1994 – Disciplina o serviço de transporte intermunicipal de cadáveres.

— Decreto Estadual nº 12.342, de 27 de setembro de 1978 – Aprova o Regulamento a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 211, de 30 de março de 1970, que dispõe sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde no campo de competência da Secretaria de Estado da Saúde.

— Decreto Estadual nº 41.049, de 26 de julho de 1996 – Regulamenta a Lei nº 9.358, de 13 de junho de 1996, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Restrição à Circulação de Veículos Automotores na Região Metropolitana.

— Lei Municipal nº 7.108, de 10 de janeiro de 1968 – Dispõe sobre a ampliação e reorganização da Secretaria de Serviços Municipais e dá outras providências.

— Lei Municipal nº 9.679, de 11 de janeiro de 1984 – Estabelece a obrigatoriedade de o Serviço Funerário do Município expor as tabelas de suas tarifas nas suas agências.

— Lei Municipal nº 11.172, de 7 de abril de 1992 – Altera a redação do art. 2º da Lei nº 8.383, de 19 de abril de 1976, que dispõe sobre a reorganização do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

— Lei Municipal nº 11.851, de 10 de julho de 1995 – Dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus – FUNCOR, e dá outras providências.

— Lei Municipal nº 12.615, de 4 de maio de 1998 – Autoriza os táxis a trafegar pelas faixas exclusivas de ônibus – declarada inconstitucional.

— Decreto Municipal nº 41.073, de 30 de agosto de 2001 – Institui o Programa Via Livre no Sistema Municipal de Transportes Urbanos do Município de São Paulo.

Matéria DSP 12693/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 658/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757748.

autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 12:33:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

— Lei Municipal nº 13.315, de 31 de janeiro de 2002 – Dispõe sobre o fornecimento obrigatório de informações sobre os serviços prestados pelo Serviço Funerário do Município e dá outras providências.

— Lei Municipal nº 13.870, de 8 de julho de 2004 – Acrescenta artigos à Lei nº 11.479, de 13 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a dispensa de pagamento ao Serviço Funerário Municipal de taxas, emolumentos e tarifas devidas em razão da realização de funeral, e dá outras providências.

— Portaria SMT nº 119/2004 – Permite a circulação de veículos da modalidade táxi nos "Passa Rápido" que especifica; alterada pela Portaria SMT nº 146/2004.

— Lei Municipal nº 15.039, de 27 de novembro de 2009 – Dispõe sobre a proibição de agenciamento de serviços funerários de natureza privada nas dependências de estabelecimentos públicos municipais de saúde.

— Portaria SMT nº 19/2014 – Permite a circulação de táxis com passageiros, em qualquer horário, nos locais que especifica, e dá outras providências; alterada pela Portaria SMT nº 101/2014.

— Portaria SMT nº 76/2014 – Disciplina a utilização dos corredores exclusivos de ônibus, no horário noturno, por veículos automotores de passageiros e de uso misto; alterada pela Portaria SMT nº 100/2014.

— Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

— Lei Municipal nº 17.572, de 24 de junho de 2021 – Dispõe sobre a permissão de uso das faixas exclusivas e corredores de ônibus por veículos integrantes da frota de transporte público individual por táxi no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 564/2026 Altera a Lei nº 17.572 de 24 de Junho de 2021 [Dispõe sobre a permissão de uso das faixas exclusivas e corredores de ônibus por veículos integrantes da frota de transporte público individual por táxi no município de São Paulo] e dá outras providências.

- PL 1387/2025 Permite o uso dos corredores, pistas e faixas exclusivas de ônibus, por parte dos transportes coletivos escolares conveniados ao Atendimento do Serviço Especial - SEC (LIGADO), quando no transporte de pessoas com deficiência.

- PL 404/2025 Altera o caput do art. 1º, da Lei 17.572, de 24 de junho de 2021 [Dispõe sobre a permissão de uso das faixas exclusivas e corredores de ônibus por veículos integrantes da frota de transporte público individual por táxi, inclusive com Insufilm, no município de São Paulo e dá outras providências].

Matéria DSP 12693/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 658/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757748.

autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 12:33:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 397/2025 Dispõe sobre a permissão de uso das faixas exclusivas e corredores de ônibus por veículos que transportam pessoas com deficiência e em tratamento de doenças graves e dá outras providências.

- PL 8/2024 Institui, a necessidade da inclusão das vans e das peruas de transportes escolares no Munícipio de São Paulo, autorizando o uso das faixas exclusivas e corredores de ônibus, garantindo os mesmos direitos dos veículos integrantes da frota de transporte público individual por táxi no município de São Paulo (Projeto de Emenda à Lei Nº 17.572/2021).

- PL 348/2023 Autoriza a liberação das vans escolares, em serviço, a utilizar as faixas exclusivas e corredores de ônibus na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 263/2022 Dispõe sobre a utilização de faixas exclusivas de ônibus do Sistema de Transporte Público por vans escolares.

- PL 180/2022 O presente projeto, tem por finalidade a isenção do rodizio e a permissão da circulação em faixa exclusiva de ônibus para os veículos que fazem o transporte de medicamentos radiofármacos e oncológicos cujo a vida útil possa ser comprometida pelo tempo de deslocamento. Assim, Inclui à alínea “q” no inciso VIII do artigo 3º do Decreto nº 58.584, de 20 de dezembro de 2018, que regulamenta as Leis nº 12.490, de 3 de outubro de 1997, nº 12.632, de 6 de maio de 1998, nº 14.751, de 28 de maio de 2008, e nº 16.813, de 1º de fevereiro de 2018, aplicáveis ao Rodízio Municipal, no âmbito do Município de São Paulo.

- PL 663/2020 Dispõe sobre a permissão de uso das faixas exclusivas de ônibus por veículos que fazem transporte escolar, na forma que especifica, no município de São Paulo e da outras providências.

- PL 13/2020 Dispõe sobre a permissão do uso dos corredores e das faixas exclusivas de ônibus para circulação dos veículos escolares do programa de transporte escolar gratuito - TEG e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12693/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 658/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757748.